PROJETO DE LEI Nº , DE 2018

(Do Sr. PEDRO CUNHA LIMA)

Obriga as instituições financeiras a disponibilizarem opção de encerramento de contas de depósitos à vista ou de poupança por meio eletrônico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o encerramento de contas de depósitos à vista ou de poupança por meio eletrônico.

Art. 2º As instituições financeiras ficam obrigadas a disponibilizar a opção de encerramento de contas de depósito à vista ou de poupança pelo próprio cliente, por meio eletrônico, observadas as diretrizes e normas estabelecidas, respectivamente, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

Art. 3º O descumprimento desta Lei ou das diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil sujeitam as instituições financeiras às penalidades previstas no art. 5º da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, as instituições financeiras disponibilizam vários serviços por meio eletrônico, de maneira que o cliente pode realizar diversas consultas e operações por meio da internet ou do telefone. Contudo, em regra, para realizar o encerramento de contas de depósito à vista ou de poupança, o cliente ainda tem de se dirigir à uma agência para solicitar pessoalmente o cancelamento definitivo do serviço. Tal processo, embora conveniente para as instituições financeiras, dificulta bastante o fechamento da conta pelo cliente, o qual demora mais tempo do que deseja para conseguir se desvincular do contrato.

Desde a edição da Resolução nº 4.480, de 25 de abril de 2016, que estabeleceu os requisitos a serem observados pelas entidades financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a abertura e para o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico, as instituições financeiras podem realizar a abertura e o encerramento de contas de depósitos à vista ou de poupança por meio eletrônico para contas de pessoas físicas. No entanto, o procedimento é, em regra, facultativo, sendo obrigatório que a instituição financeira ofereça o encerramento da conta por meio eletrônico apenas para os correntistas que realizaram a abertura da conta por esse meio.

Ora, sabemos que as instituições financeiras possuem toda a estrutura tecnológica para colocar a opção de encerramento de conta por meio eletrônico à disposição do cliente. Se não o fazem, é justamente para dificultar o processo de cancelamento dos serviços, obrigando o cliente a deslocar-se, de dispor de uma quantidade maior de tempo e de enfrentar trâmites burocráticos para, enfim, conseguir encerrar o contrato de serviços.

Infelizmente, é comum que os fornecedores dos mais diversos ramos imponham obstáculos ao encerramento dos contratos firmados pelos clientes. Por isso, é preciso adotar medidas para desestimular tais práticas. Uma evolução nesse sentido ocorreu, por exemplo, no ramo das telecomunicações, com a previsão no Regulamento Geral de Direitos do

Consumidor de Serviços de Telecomunicações da possibilidade de cancelamento imediato dos serviços pela internet ou por telefone mesmo sem a intervenção de atendente, devendo o pedido ser processado em, no máximo, dois dias úteis.

Da mesma forma, acreditamos que a iniciativa que apresentamos contribuirá para a proteção do cliente de instituição financeira, permitindo a sua desvinculação do serviço de conta de depósitos sem obstáculos desnecessários. Convictos da importância do assunto, solicitamos o apoio dos nobres pares para o aperfeiçoamento e para a aprovação da proposta.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado PEDRO CUNHA LIMA